

BOLETIM INFORMATIVO CIMPF Nº 6, de 25 de outubro de 2024

DELIBERAÇÕES DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA, em 11.09.2024.....	1
Pauta de Revisão.....	1
PRÓXIMA SESSÃO.....	15
Calendário das Sessões 2024.....	15

DELIBERAÇÕES DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA, em 11.09.2024

Pauta de Revisão

Número: 1.25.000.004612/2023-41 - Eletrônico

EMENTA: RECURSO CONTRA DECISÃO DA 4ª CCR. DECLINAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES. INQUÉRITO POLICIAL. MEIO AMBIENTE. TRANSPORTE DE AGROTÓXICOS. ORIGEM ESTRANGEIRA. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, COM A NÃO HOMOLOGAÇÃO DA DECLINAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto da Relatora, conheceu, negou provimento ao recurso e manteve a decisão da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. (...).

Íntegra do Voto

Número: 1.10.000.000404/2022-15 - Eletrônico

EMENTA: Recurso administrativo. Declinação de atribuição para o Ministério Público Estadual. Não Homologação pela 4ª CCR. Inquérito Civil. Supressão de extensa área da floresta amazônica. Propriedade privada. Irrelevância. Projeto "Amazônia Protege". Interesse estratégico do Ministério Público. - Voto pelo conhecimento e não provimento do recurso.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, conheceu, negou provimento ao recurso e manteve a decisão da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Remessa à 4ª CCR para ciência e providências.

Íntegra do Voto

Número: 1.21.000.000704/2023-00 - Eletrônico

EMENTA: CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE OFÍCIOS SUPOSTAMENTE VINCULADOS A CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO. 1ª, 2ª, E 3ª CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO. NOTÍCIA DE FATO ORIGINÁRIA DO MPE/MS PRETENDE COMPELIR O BANCO DO BRASIL A TOMAR MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO NO QUE TRATA DO FINANCIAMENTO RURAL DAS ATIVIDADES DE AVICULTURA E SUINOCULTURA. PROCEDIMENTO QUE NÃO SE DESTINA A APURAÇÃO DE INFRAÇÃO PENAL CONCRETA. AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DA 2ª CCR. QUESTIONAMENTOS SOBRE HIGIEDEZ DA POLÍTICA DE COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO. TEMA E OFÍCIOS AFETOS ÀS ATRIBUIÇÕES DA 3ª CCR/MPF, UMA VEZ QUE A ORDEM ECONÔMICA COMPREENDE, TAMBÉM, AS POLÍTICAS DE COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO. COMPETÊNCIA DA 3ª CCR/MPF, UMA DAS SUSCITADAS. AMBOS OS OFÍCIOS VINCULADOS À TERCEIRA CÂMARA. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONFLITO ENTRE AS CÂMARAS CONHECIDO PARA DECLARAR A TERCEIRA CÂMARA COMO COMPETENTE PARA DECISÃO SOBRE O CONFLITO ENTRE OS OFÍCIOS.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, conheceu do conflito e fixou a atribuição da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público e Federal para análise do conflito de atribuição.

Íntegra do Voto

Número: 1.17.000.001592/2024-18 - Eletrônico

EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÃO ENTRE ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS VINCULADOS A UMA DAS CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. COMPETÊNCIA DO CONSELHO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. NOTÍCIA DE FATO. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA. MATÉRIA AFETA À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NA INFORMAÇÃO Nº 3/2015. VOTO PELA ATRIBUIÇÃO DA PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO PARA ATUAR NO FEITO. - Compete ao Conselho Institucional do Ministério Público dirimir conflito entre uma das Câmaras de Coordenação e Revisão e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, por força do disposto no art. 4º, inciso II, da Resolução nº 165/CSMPF. - In casu, depreende-se dos autos que a expectativa do representante, bem como a predominância de seu interesse referem-se à necessidade de assegurar a efetividade do direito à saúde, mediante a realização da cirurgia indicada pelo médico responsável. Não há pedido de apuração de eventuais irregularidades administrativas. - Destarte, o direito de acesso à saúde, especialmente, a efetiva realização de cirurgia não guarda relação direta com o serviço administrativo, em si (eficiência, transparência ou legalidade em sentido amplo da atuação administrativa), a atrair a competência do ofício vinculado à 1ª Câmara para a fiscalização dos atos administrativos. - Portanto, trata-se de matéria vinculada à competência da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. - VOTO pela atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Espírito Santo para atuar no feito.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, conheceu do conflito e fixou a atribuição do Ofício vinculado à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Espírito Santo para atuar no feito.

Íntegra do Voto

Número: 1.14.010.000150/2019-71 - Eletrônico

EMENTA: *CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÃO. INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. SERVIDÃO DE PASSAGEM PARA ACESSO A PRAIA. SUSCITANTE: 2º OFÍCIO DA PRM-EUNÁPOLIS (BA). SUSCITADO: 1º OFÍCIO DA PRM-EUNÁPOLIS (BA). MATÉRIA AMBIENTAL. PRECEDENTES. CONHECIMENTO DO CONFLITO. ATRIBUIÇÃO DO SUSCITADO.*

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto da Relatora, conheceu do conflito e fixou a atribuição do 1º Ofício da PRM-Eunápolis/BA, vinculado à 4ª Câmara, o suscitado.

Íntegra do Voto

Número: JF/MG-1004566-16.2020.4.01.3813-IPL - Eletrônico

EMENTA: *INQUÉRITO POLICIAL. 1ª VARA FEDERAL DE GOVERNADOR VALADARES DECLINOU DA COMPETÊNCIA EM PROL DA 1ª VARA FEDERAL DE BELO HORIZONTE, QUE ACEITOU A COMPETÊNCIA. RECUSA DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM BELO HORIZONTE DE RATIFICAR O PEDIDO DE ARQUIVAMENTO, A PRETEXTO DE QUE A COMPETÊNCIA É DO JUÍZO FEDERAL DE GOVERNADOR VALADARES. INEXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTO INDIRETO. INCONFORMISMO COM A FIXAÇÃO JUDICIAL DA COMPETÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA PELA 2ª CCR/MPF, QUE NÃO CONHECEU DA REMESSA DESTES AUTOS PROMOVIDA PELA 1ª VARA FEDERAL DE BELO HORIZONTE.*

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, conheceu, negou provimento ao recurso e manteve a decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. (...).

Íntegra do Voto

Número: 1.23.000.001688/2022-17 - Eletrônico

EMENTA: *Recurso ao Conselho Institucional. Arquivamento de Procedimento Investigatório Criminal. Notícia de Fato. Crime contra a Honra. Homologação pela 2ª. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Pedido de Reconsideração. Ausência de fatos novos. Decisão da 2ª. CCR, que se mantém. Improvimento do recurso.*

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, conheceu, negou provimento ao recurso e manteve a decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. (...).

Íntegra do Voto

Número: 1.13.000.001208/2023-37 - Eletrônico

EMENTA: *RECURSO AO CONSELHO INSTITUCIONAL. ARQUIVAMENTO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. SERVIDOR MUNICIPAL. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL JUNTO À PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROCEDIMENTO EM TRÂMITE*

NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA. ENUNCIADO 30 DA 5ª. CCR. REVOGAÇÃO. DUPLICIDADE DE INVESTIGAÇÕES. NÃO OBRIGATORIEDADE. ARQUIVAMENTO SEM ANÁLISE DO MÉRITO. DESCABIMENTO. PROSSEGUIMENTO DAS APURAÇÕES. DELIBERAÇÃO DA 5ª.CCR QUE SE MANTÉM. IMPROVIMENTO DO RECURSO. PRECEDENTES.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, conheceu, negou provimento ao recurso e manteve a decisão da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. (...).

Íntegra do Voto

Número: 1.14.000.000036/2024-28 - Eletrônico

EMENTA: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA PRÁTICA DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA PELA 2ª CCR. RECURSO POR PARTE DA INTERESSADA. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA CAPAZES DE JUSTIFICAR O PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. MANUTENÇÃO DO ARQUIVAMENTO. PELA DESPROVIMENTO DO RECURSO DO CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 8ª REGIÃO-CRTR.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto do Relator, conheceu, negou provimento ao recurso e manteve a decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. (...).

Íntegra do Voto

Número: 1.16.000.001408/2024-69 - Eletrônico

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. DIGI-DENÚNCIA. CANCELAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. CEBRASPE EDITAL Nº 1 - ANVISA, DE 11 DE JANEIRO DE 2024. CARGO: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS APTOS A REFORMAR A DECISÃO A QUO. VOTO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto da Relatora, conheceu, negou provimento ao recurso e manteve a decisão da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão. (...).

Íntegra do Voto

Número: 1.19.000.000636/2024-18 - Eletrônico

EMENTA: Conflito Negativo de Atribuição. Notícia de Fato. Artigo 54, §2º, III e V, da Lei 9.605/98. Lançamento de veneno em capinzal. Poluição de curso de água que abastece comunidade quilombola. Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH. Programa Estadual de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos - PEPDDH/MA. Pretensão de proteção da comunidade quilombola. Vulnerabilidade. Identificação dos territórios tradicionais. Temáticas que envolvem conteúdo cível, criminal e administrativo. Preponderância da narrativa apresentada pelo Noticiante e da pretensão formulada. Procedimento em curso. matéria atinente à atuação do órgão vinculado à 6ª. CCR/MPF. Extração de cópias para apuração dos crimes ambientais. Voto pelo conhecimento do Conflito com definição da atribuição do 13º Ofício da

Procuradoria da República no Maranhão, o Suscitado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, nos termos do voto do relator, conheceu do conflito e fixou a atribuição do 13º Ofício da Procuradoria da República no Maranhão (suscitado), vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, sem prejuízo da extração de cópias para distribuição a um dos órgãos de atuação vinculados à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Íntegra do Voto

PRÓXIMA SESSÃO

13 de novembro de 2024

Calendário das Sessões 2024

DATA	HORÁRIO	SESSÕES
13 de novembro	14 horas	9ª Sessão Ordinária
11 de dezembro	14 horas	10ª Sessão Ordinária

[Acesse o Calendário das Sessões](#)

- - -

O CIMPF permanece à disposição pelo e-mail cimpf@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 3105-5650.

Conselho Institucional do Ministério Público Federal